

Política territorial e os agricultores tradicionais do território da baixada cuiabana, Mato Grosso

Territorial policy and traditional farmers of the baixada cuiabana territory, Mato Grosso

Gabriela Coelho de Souza¹

Cleomara Nunes do Amaral²

Resumo

O Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, localizado nos biomas Pantanal e Cerrado, destaca-se pela presença de agricultores tradicionais inscritos em uma mesma identidade sociocultural em função de fatores históricos relacionados à origem de Mato Grosso. Em comum, as comunidades de agricultores tradicionais cuiabanos produzem a mandioca, possuindo um aprofundado conhecimento sobre o manejo dos cultivares e sobre a produção e o beneficiamento de subprodutos. Este trabalho teve por objetivo tecer uma reflexão sobre a política territorial e a relação com as comunidades tradicionais, a partir da análise da política territorial proposta pelo Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, para fortalecer os agricultores tradicionais cuiabanos, um dos principais públicos beneficiários da política territorial na região. Inicialmente, é apresentada uma caracterização do Território da Baixada Cuiabana, no contexto das recentes transformações no estado do Mato Grosso, ressaltando a produção de mandioca e os agricultores tradicionais cuiabanos produtores de mandioca e farinha. A seguir são apresentadas as transformações que vêm ocorrendo nos modos de vida, conhecimentos e práticas desses agricultores, com ênfase nos estudos desenvolvidos nos municípios de Santo Antônio do Leverger, Rosário Oeste e Jangada. Posteriormente, analisa-se o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e sua influência sobre essas comunidades tradicionais. Por fim, discute-se os desafios da construção da política territorial em consonância com as lógicas tradicionais e a integração com políticas de conservação da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Política Territorial; Mandioca; Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Abstract

The Cuiabana Baixada territory, located in Pantanal and Cerrado biomes, is distinguished by the presence of traditional farmers enrolled in the same socio-cultural identity due to historical factors related to Mato Grosso origin. In common, communities of Cuiabá traditional farmers produce cassava, having a thorough knowledge of the management of crops and the production and processing of by-products. This study aimed to understand the relationship between the territorial policy and traditional communities, based on the analysis of territorial policy proposal by the Baixada Cuiabana Territory to strengthen traditional farmers, one of the main beneficiaries of public territorial policy in the region. Initially, it is presented a characterization of Baixada Cuiabana Territory, in the context of recent changes in the state of Mato Grosso, highlighting the production of cassava and traditional farmers. The following are the changes that have occurred in

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS/PGDR. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional/NESAN. E-mail: gabrielacoelhodesouza2011@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Rural/UFRGS/PGDR, Pesquisadora do NESAN. E-mail: cleomara.cefaprio@gmail.com

ways of life, knowledge and practices of farmers, with emphasis on studies carried out in the municipalities of Santo Antonio do Leverger, Rosario Oeste and Jangada. Subsequently, it analyzes the Territorial Plan for Sustainable Rural Development and its influence on these traditional communities. Finally, we discuss the challenges of the territorial policy including the traditional logic and the integration with the conservation policies of sociobiodiversity.

Keywords: Traditional Communities; Territorial Policy; Cassava; Territorial Plan.

Introdução

O estado de Mato Grosso localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, abrigando os biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia. Esses diferentes macroecossistemas estão intimamente relacionados ao modo de vida das populações tradicionais que habitam esses territórios. Indígenas, quilombolas, vaqueiros, raizeiros, ribeirinhos e agricultores tradicionais possuem suas identidades associadas ao Cerrado. Esse modo de vida, passado de geração a geração, envolve o conhecimento sobre os diversos ambientes manejados, fruto da intensa interação entre as populações e os ecossistemas. O manejo, realizado em escalas temporais longas, estabelece múltiplas interações entre o homem e a natureza, entre elas, o processo de seleção de espécies e variedades adaptadas à realidade local, bem como os processos de domesticação das espécies e dos ecossistemas (CLEMENT, 1999), que se constituem na agrobiodiversidade brasileira.

Nesse contexto, o Território da Baixada Cuiabana, localizado nos biomas Pantanal e Cerrado, destaca-se pela presença de agricultores tradicionais inscritos em uma mesma identidade sociocultural em função de fatores históricos relacionados à origem de Mato Grosso. A origem histórica do estado data de 1719, com a descoberta de ouro pelos nativos que acompanhavam a tropa do bandeirante Pascoal Moreira Cabral nas margens do rio Coxipó-Mirim – hoje município de Cuiabá. Nesse processo de construção da identidade na Baixada Cuiabana, Romancini (2007) destaca a participação da mulher em diferentes esferas da vida comunitária, a qual exerce as funções de: cuidados com a alimentação, saúde, higiene, educação e lazer da família; geração de renda como ceramista, agricultora e artesã das “redes cuiabanas”; e também atuação em nível comunitário na organização das festas tradicionais da comunidade, contribuindo para a perpetuação das manifestações culturais. É a partir desses aspectos que a identidade cultural da população local se constrói e pode ser caracterizada como o elemento principal a garantir a coesão social do território. Assim, a população da Baixada Cuiabana, independente do município e do bioma em que está inserida, por compartilhar da mesma raiz histórica e cultural (GARBIN et al., 2006), pertence a um único grupo social, assumindo a “identidade cuiabana”.

Uma forte característica que as comunidades de agricultores tradicionais cuiabanos têm em comum é a dedicação à produção de mandioca, possuindo um aprofundado conhecimento sobre o manejo dos cultivares, sobre a produção e o seu beneficiamento. Durante muito tempo a mandioca, com todos os seus subprodutos, foi a principal fonte de renda dos agricultores dessa região, sendo produzida tradicionalmente pelas famílias como fonte alimentar e para a criação de animais (AMOROZO, 2002; MARCHETTI, 2012).

De acordo com Silva e Marta (2011), o cultivo de mandioca no atual território do Mato Grosso era realizado antes da chegada dos portugueses. Estudos sobre o centro de origem dessa espécie indicam que a variedade selvagem é originária do cerrado brasileiro (VAVILOV, 1951; ISENDAHL, 2001 *apud* AMOROZO, 2013), local onde possivelmente foi iniciado o cultivo agrícola. Esse fato é corroborado pela grande variedade de cultivares encontrada no território do Mato Grosso (AMOROZO, 2013). De acordo com Vavilov (1951), a existência de um grande número de variedades de uma determinada espécie e o grau mais avançado de domesticação em que a espécie se encontra são indicativos de proximidade com o centro de origem da agrobiodiversidade. As principais formas de consumo da mandioca são: *in natura*, farinha e fécula.

Segundo Amorozo (2013), os agricultores tradicionais na década de 1990 praticavam a agricultura de coivara em três roças em diferentes estágios sucessionais. Entretanto, na década de 2010 muitas roças deixaram de ser manejadas. Em Santo Antônio do Leverger, no Cerrado, Marchetti (2012) registrou a diminuição do manejo das roças em 37% das propriedades. Esses resultados evidenciam que em função das transformações na estrutura familiar decorrentes da diminuição de indivíduos produtivos, as famílias deixam de manejar gradualmente os espaços do extrativismo e parte dos espaços do agroecossistema, como as roças, concentrando-se cada vez mais no manejo de pequenas áreas, como os quintais (AMARAL, 2014).

Esse processo pode ser entendido na medida em que o quintal é o espaço ao qual as famílias destinam maior tempo de interação – por ser ao redor das casas –, permitindo uma trama de relações entre elas e com a agrobiodiversidade. Nesse contexto, os quintais desempenham um papel central no modo de vida rural cuiabano, por estarem associados a múltiplas funções. Além disso, os quintais podem “[...] representar o último reduto da agrobiodiversidade, ou seja, da diversidade existente em sistemas agrícolas” (AMOROZO, 2013). De acordo com Amorozo (2008), na agricultura de pequena escala os quintais cumprem, entre outras funções, o papel de viveiro de mudas de culturas agrícolas, durante a entressafra, de manutenção do germoplasma e de

conservação do conhecimento local ligado às espécies cultivadas – seu uso, processamento e manejo – estando essas características relacionadas à conservação *on farm*³.

Essas transformações que vêm ocorrendo no território, associadas às características históricas e culturais, resultam no Índice de Desenvolvimento Humano municipal médio de 0,7. Esse valor é menor do que a média do Estado de Mato Grosso (0,725), que ocupa a posição 11° entre os estados do Brasil (PNUD, 2008; GARBIN et al., 2006). Fortemente pautada pelo reconhecimento, por parte do estado, de que o território vive em uma condição de pobreza, a Baixada Cuiabana foi reconhecida pelo governo federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDR), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como Território da Cidadania da Baixada Cuiabana⁴, em 2008 (MDA, 2014). Para esse programa⁵ foi adotado o conceito de território como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (GARBIN et al., 2006, p. 9).

A política de desenvolvimento territorial brasileira é promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o qual busca promover a democracia participativa como forma de gestão do desenvolvimento rural. Entre os seus programas, destaca-se o Programa Territórios da Cidadania, que tem como objetivo promover a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia (SDT, 2014).

Nesse contexto, este trabalho teve por objetivo tecer uma reflexão sobre a política territorial e a relação com as comunidades tradicionais, a partir da análise da política territorial proposta pelo

3 Uma das formas de conservação genética da agrobiodiversidade. A conservação *on farm* apresenta como particularidade o fato de envolver recursos genéticos, especialmente variedades crioulas – cultivadas por agricultores, especialmente agricultores tradicionais (MMA, 2014).

4 O programa Território da Cidadania é um conjunto de políticas integradas, envolvendo 13 ministérios, que buscou garantir o atendimento às necessidades básicas da população, especialmente do rural, buscando a ampliação de processos locais de geração de renda a partir do enfoque da sustentabilidade e permitindo ações de fortalecimento da agricultura familiar (MDA, 2014). No Brasil, foram criados 120 Territórios da Cidadania, sendo que os critérios utilizados pelo governo federal para sua identificação e criação foram: baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; concentração de comunidades indígenas e quilombolas; grande número de beneficiários do Programa Bolsa Família; municípios com baixo dinamismo econômico e maior organização social (BRASIL, 2008).

5 No Mato Grosso são reconhecidos quatro Territórios da Cidadania: 1. Território Noroeste, com área de 149.223,50 km²; 2. Território Portal da Amazônia, 111.167,50 km²; 3. Território Baixo Araguaia, 116.040,30 km²; e 4. Território da Baixada Cuiabana área de 85.369,70 km (MDA 2014).

Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, para fortalecer os agricultores tradicionais cuiabanos, um dos principais públicos beneficiários da política territorial na região. O trabalho está organizado em quatro seções. A primeira trata-se da introdução, onde foi apresentada uma caracterização do Território da Baixada Cuiabana, as recentes transformações no estado do Mato Grosso e as características dos tradicionais agricultores cuiabanos. Na segunda são apresentadas as transformações que vêm ocorrendo nos modos de vida, conhecimentos e práticas desses agricultores, com ênfase na produção tradicional da mandioca desenvolvida por municípios do Território. Na terceira seção apresentam-se as transformações no rural no contexto do Território da Baixada Cuiabana, realizando aproximações de estudos em Santo Antônio do Leverger, Jangada e Rosário Oeste. A seguir, na quarta seção analisa-se o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e o fortalecimento dessas comunidades tradicionais. Por fim, apresentam-se as considerações finais, que discutem os desafios da construção da política territorial em consonância com as lógicas tradicionais e a integração com as políticas de conservação da sociobiodiversidade.

Território da Baixada Cuiabana no contexto das recentes transformações no estado do Mato Grosso: produção de mandioca e agricultores tradicionais cuiabanos

O processo de expansão da fronteira agrícola sobre o estado do Mato Grosso ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, impulsionado pelos fatores: a) interiorização da capital brasileira (a capital deixa de ser o Rio de Janeiro e passa a ser Brasília); b) estruturação de uma malha viária; c) políticas de desenvolvimento para a região (COUTINHO, 2014); e d) desenvolvimento de tecnologias agrícolas para o cultivo do Cerrado⁶. No Mato Grosso, o Censo de 2006 identificou 112.978 estabelecimentos rurais, sendo que desses, 86.167 são de agricultura familiar (FRANÇA, 2009).

O Cerrado foi sendo manejado por meio de desmatamentos, queimadas, uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos (COUTINHO, 2014) e substituído pela monocultura, com alta produtividade. A soja, a primeira cultura a ser implementada, começou a ser cultivada comercialmente no final da década de 1970, buscando atender à demanda do mercado externo. Em 1990, a área plantada do estado era de 1,5 milhão de hectares, alcançando uma produção de 3

6 Entre as tecnologias agrícolas, destaca-se a técnica de subsolagem, que consiste no rompimento das camadas compactadas do solo e das coureiras de concreções ferruginosas, permitindo a penetração da água (VASCONCELOS, 2006). Além da subsolagem, também é importante ressaltar a correção de pH pela calagem, que consiste na aplicação de calcário dolomítico (carbonato de cálcio e magnésio) e adubação, tanto com macro quanto com micronutrientes. Essas tecnologias, associadas à abundância das águas superficiais e subterrâneas, permitiram a rápida conversão do Cerrado em cultivos agrícolas mecanizados e em cultivos de gramíneas africanas de alta produção e palatabilidade (braquiária), para a produção da pecuária (COSTA e OLSZEWSKI, 2008).

milhões de toneladas e um rendimento de 2 t/ha (VIEIRA, 2009). Em 2010/11, o estado plantou 6,4 milhões de hectares, produzindo 20,5 milhões de toneladas, com um rendimento de 3,2 t/ha, equivalendo a 8% da produção mundial (IMEA, 2014).

Outro cultivo economicamente rentável é a produção de mandioca. No início da década de 2010, Mato Grosso cultivou 25.000 hectares de mandioca (ano de 2011/12), produzindo 361.000 toneladas, resultando em uma produtividade de 14 t/ha, representando o 9º estado com maior produtividade, o equivalente a 1,4% da participação na produção do Brasil (SEAB, 2012). Apesar da grande produtividade, quando comparada à soja, a cultura da mandioca, por ter grande exigência de mão de obra, não é a cultura preferencial. De acordo com a SEAB (2012), a cultura de mandioca produzida pela agricultura mecanizada está perdendo espaço para o plantio de cana-de-açúcar, que utiliza uma reduzida força de trabalho manual na colheita, e para o plantio de grãos como a soja e o milho, que são totalmente mecanizados.

No Mato Grosso, o valor médio por estabelecimento de agricultura familiar (R\$ 4.617,08) distancia-se do valor da agricultura familiar e tradicional (R\$ 2.628,94) (IPEA, 2013) de Pernambuco, tomado como referência para a produção de autoconsumo de agricultores tradicionais (AMARAL, 2014). Esses dados evidenciam que no Mato Grosso o autoconsumo é realizado em estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar (AMARAL, 2014). No Mato Grosso, o autoconsumo responde por 2,77% do valor da produção total. O estado apresenta os maiores valores de produção total por estabelecimento do Brasil, o que dilui a importância relativa nos estabelecimentos (IPEA, 2013). De acordo com IPEA (2013), nas regiões mais fragilizadas no Brasil ou onde ainda há uma agricultura com valor total da produção baixo, a produção para autoconsumo é relativamente mais importante, cumprindo uma função de proteção, de garantia da segurança alimentar e da autonomia frente às dinâmicas de mercado.

A partir dessa análise das realidades regionais, que toma os valores médios da produção, percebe-se que Mato Grosso não pode ser considerado uma região pobre. Entretanto, os municípios rurais da Baixada Cuiabana contribuem com 7,14% da renda mensal total do estado de Mato Grosso, o que representa uma renda 63% abaixo da média para o estado. Além disso, nesses municípios, mais de 40% dos estabelecimentos se encontram em situação de pobreza (GARBIN et al., 2006).

Essa situação revela uma desigualdade extrema no estado do Mato Grosso, invisibilizando populações tradicionais. De acordo com o PDTDRS (GARBIN et al., 2006), o avanço da fronteira agrícola, protagonizado pelos novos atores sociais ligados ao agronegócio e que tinham por finalidade ocupar as terras e produzir, representou um processo de colonização extremamente traumático para a população local cuiabana ao longo das décadas de 1970 e 1980. As populações

tradicionais, incluindo indígenas, foram constantemente expulsas de suas áreas pela urbanização e para a implantação de agricultura mecanizada, pecuária e exploração de garimpos. Em função do território do Mato Grosso ainda estar em um processo dinâmico de expansão das fronteiras agrícolas, os territórios e modos de vida dessas populações tradicionais continuam sendo tensionados pelas dinâmicas do agronegócio. Uma das regiões tradicionalmente habitada por comunidades tradicionais é a Baixada Cuiabana, reconhecida como Território da Cidadania, em 2008.

A Baixada Cuiabana é formada por 14 municípios, localizados geograficamente ao redor da capital do estado, Cuiabá, abrangendo uma área de 85.369,70 km². São eles: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande (figura 1). A população atual é de 976.064 habitantes, dos quais 7,9% vivem na área rural (figura 2). Existem 21,5 mil agricultores familiares – sendo 10 mil agricultores tradicionais e 11,4 mil assentados em 104 projetos da reforma agrária (incluindo projetos administrados pelo Incra, Intermat e projeto Casulos) –, 49 comunidades quilombolas e 739 indígenas das etnias Bororo e Guató, em quatro terras indígenas (GARBIN et al. 2006; MDA, 2014).

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (GARBIN et al., 2006), o território da Baixada Cuiabana é responsável por somente 4,5% do valor da produção agropecuária no estado. Os municípios que apresentaram maiores valores médios de produção agropecuária – cerca de R\$ 13.592.333,00/ano – foram Santo Antônio do Leverger, Chapada dos Guimarães e Poconé. Os menores valores de produção médios, o equivalente a R\$ 2.315.000,00/ano, foram alcançados por Jangada, Barão do Melgaço, Nova Brasilândia e Várzea Grande. As propriedades de até 100 hectares representam mais de 60% do número total e ocupam em torno de 2% da área do território. Os estabelecimentos com mais de 100 hectares representam cerca de 37% do total e ocupam mais de 97% da área do território (GARBIN et al. 2006).

Na Baixada Cuiabana podem-se distinguir três regiões distintas de acordo com suas características urbanas e ambientais. A primeira região, urbanizada, inclui os municípios de Cuiabá e Várzea Grande, com 98,1% e 98,5% de população urbana, respectivamente. As outras duas regiões são composta por municípios com características e economia voltadas para o rural, onde é possível distingui-las de acordo com os biomas. A segunda região se refere aos municípios inscritos no bioma Pantanal e transição com o Cerrado, onde se destaca Santo Antônio do Leverger como o município com maior número de pesquisas sobre sistemas agrícolas de agricultores tradicionais em

áreas de Cerrado (AMOROZO, 2013). A terceira região se refere aos municípios rurais exclusivamente do bioma Cerrado.

Conforme o PDTDRS (GARBIN et al., 2006), a produção agropecuária do território está dividida em pecuária (55,4%), lavouras temporárias (21,9%), produção mista (11,78%) – sendo que as demais atividades representam somente 10,8% dos estabelecimentos. Os municípios rurais têm estrutura agrária semelhante; destinam menos de 1% da sua área para as culturas permanentes. A pastagem ocupa de 25 a 50% da área dos municípios, sendo predominantemente pastagens naturais, ao contrário do que ocorre no estado. A produção de leite local está adaptada às condições da vegetação herbácea nativa e ao modo de vida dos agricultores tradicionais cuiabanos, não tendo escala de produção nem poder de competir com a produção de leite tecnificada. Portanto, a produção de leite é prioritariamente para o autoconsumo, com venda de um pequeno excedente. A grande área destinada à pecuária, na atualidade, sugere que essa atividade pode estar substituindo cultivos agrícolas.

Todos os municípios rurais do território apresentam grande parte de sua população dependente de benefícios do governo. O índice de dependência médio dos municípios da Baixada Cuiabana é maior do que a média do estado (54,9%). Nesse contexto, o município de Jangada se destaca, tendo mais de 75% da população em situação de dependência. Esse fato demonstra que nos municípios do território como um todo, e em especial em Jangada, existe uma quantidade grande de moradores que dependem de recursos externos para a sua manutenção, especialmente a aposentadoria, caracterizando o envelhecimento da população (GARBIN et al., 2006).

A análise da dinâmica populacional dos municípios da Baixada Cuiabana (figura 1) evidencia que todos apresentam um padrão semelhante de distribuição da população no território, distribuição de terras e evolução do IDH. De uma forma geral, verifica-se que os municípios apresentam leve crescimento populacional, com exceção de Campo Verde. Os municípios rurais estão tendo uma leve diminuição da população rural, com exceção de Jangada⁷. A partir dos estudos realizados sobre as dinâmicas socioambientais junto a agricultores tradicionais em Jangada (AMARAL, 2014), Rosário Oeste (ALMEIDA, 2005) e Santo Antônio do Leverger (AMOROZO, 2013) é possível compreender os processos de transformação do território da Baixada Cuiabana, conforme apresentado na seção a seguir.

7 Em Jangada, a população rural está aumentando: em 1991 representava 59,4%, passando para 61,72% da população em 2010. Uma das razões para o aumento populacional na área rural de Jangada pode ser o fato das famílias ainda serem bastante numerosas, possuindo em média cinco filhos.

Município	População Total	População Rural	Proporção população rural (%)	DHM 2010	% do Número Total de estabelecimentos, até 100 ha	% da Área Total	% do Número Total de estabelecimentos, mais de 100 ha	% da Área Total	Bioma predominante
Acorizal	5516	2589	46,9	0,63	76,79	7,76	23,21	90,24	cerrado
Barão de Melgaço	7591	4169	54,9	0,6	73,53	1,1	26,47	98,9	pantanal
Campo Verde	31589	6117	19,4	0,75					cerrado/chapada
Chapada dos Guimarães	17821	6784	38,1	0,69	38,66	2,71	61,34	97,29	cerrado/chapada
Cuiabá	551098	10284	1,9	0,78	73,35	7,13	26,65	92,87	transição cerrado/pantanal
Jangada	7696	4750	61,7	0,63	88,55	10,23	11,45	89,77	cerrado
Nobres	15002	2548	17	0,7	76,27	12,43	23,73	87,57	cerrado
Nossa Senhora do Livramento (MT)	11609	7367	63,5	0,64	56,59	4,94	43,41	95,06	pantanal
Nova Brasilândia	4587	928	20,2	0,65	48,09	2,61	51,91	97,39	cerrado
Poconé	31779	8717	4	0,65	36,83	0,88	63,17	99,12	pantanal
Rosário Oeste	17679	7025	39,7	0,65	64,18	4,07	35,82	95,93	cerrado
Santo Antônio do Leverger	18463	11303	61,2	0,656	53,32	0,77	46,68	99,23	pantanal
Várzea Grande	252596	3892	1,5	0,73	84,29	5,16	15,71	94,84	transição cerrado/pantanal
Planalto da Serra	2726	672	24,7	0,66	30,77	1,65	69,23	98,35	cerrado

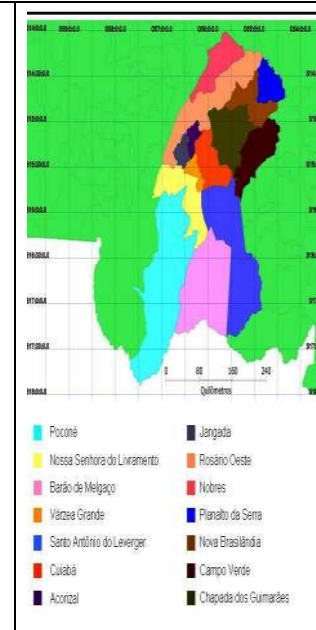


Figura 1 – Dados da população e geografia dos municípios que compõem o Território da Baixada Cuiabana.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013). Adaptado pelas autoras.

Transformações no rural do Território da Baixada Cuiabana: estudos em Santo Antônio do Leverger, Jangada e Rosário Oeste

Considerando a história de ocupação da Baixada Cuiabana e a construção da identidade de seus habitantes, Almeida (2005) descreve os processos de transformação em Rosário Oeste. A partir da memória local, o autor descreve dois momentos bastante diferenciados cuja mudança caracteriza a transição para a agricultura de monocultivo. Nessa temporalidade primeiramente é reconhecido “o Tempo da abundância” (anterior a 1970), quando os agricultores viviam em comunidades unidas por laços de parentesco nas áreas de sesmarias de seus ancestrais, realizando manejo de sua criação e das roças em terras da família e em terras comunais. “O Tempo do espremimento” e o do “cercamento” passou a ocorrer a partir da década de 1970, com o avanço da fronteira agrícola, onde há a grilagem e venda das terras, principalmente dos espaços comunitários. O autor considerou esse processo como “uma verdadeira reforma agrária ao contrário” (p. 200), acarretando a redução dos sistemas de produção das famílias, impossibilitando o manejo dos sistemas agrícolas tradicionais, que utilizam a técnica do pousio⁸, que demanda áreas maiores de terra. Associada a isso, ocorreu a substituição de variedades locais e raças crioulas de gado, como o Caracu, inicialmente criado nas áreas comuns, pelo Zebu e o Nelore, sendo que a partir da década de 1980 passaram a ser criados nas propriedades individuais das famílias, as quais passaram a ser cercadas, ocasionando a necessidade de plantio de pasto (ALMEIDA, 2005). Essa nova condição dos territórios dos agricultores, somada às pressões sofridas pela legislação ambiental, bem como pelo agronegócio, e a dificuldade de comercialização da produção configuram as grandes transformações territoriais que têm forte influência sobre os modos de vida das famílias.

A figura 2 apresenta um paralelo entre os principais projetos de infraestrutura que influenciaram as transformações em dois municípios da Baixada Cuiabana: Jangada município emancipado recentemente, e os processos ocorridos em Santo Antônio do Leverger, município dos mais antigos da região. Santo Antônio foi emancipado no ano de 1900, tendo uma população de 18.463 em 2010, sendo 61,2% rural. Há uma grande desigualdade na distribuição das terras; 53% das propriedades possuem menos de 100 ha, representando 0,77% do território (GARBIN et al., 2006). Jangada se emancipou recentemente, no ano de 1988. A população era de 7.696 em 2010, sendo 61,7% rural. A distribuição de terras é um pouco menos desigual; 88,5% das propriedades possuem menos de 100 hectares, representando 10,2% do território.

⁸ Pousio é uma prática tradicional de agricultura que consiste em deixar uma parte da área agricultável “em descanso” para recuperar a fertilidade do solo, enquanto se utiliza outras áreas. O tempo de descanso varia para cada região (CARNEIRO; DALTON, 2012).

Jangada *Santo Antônio do Leverger*

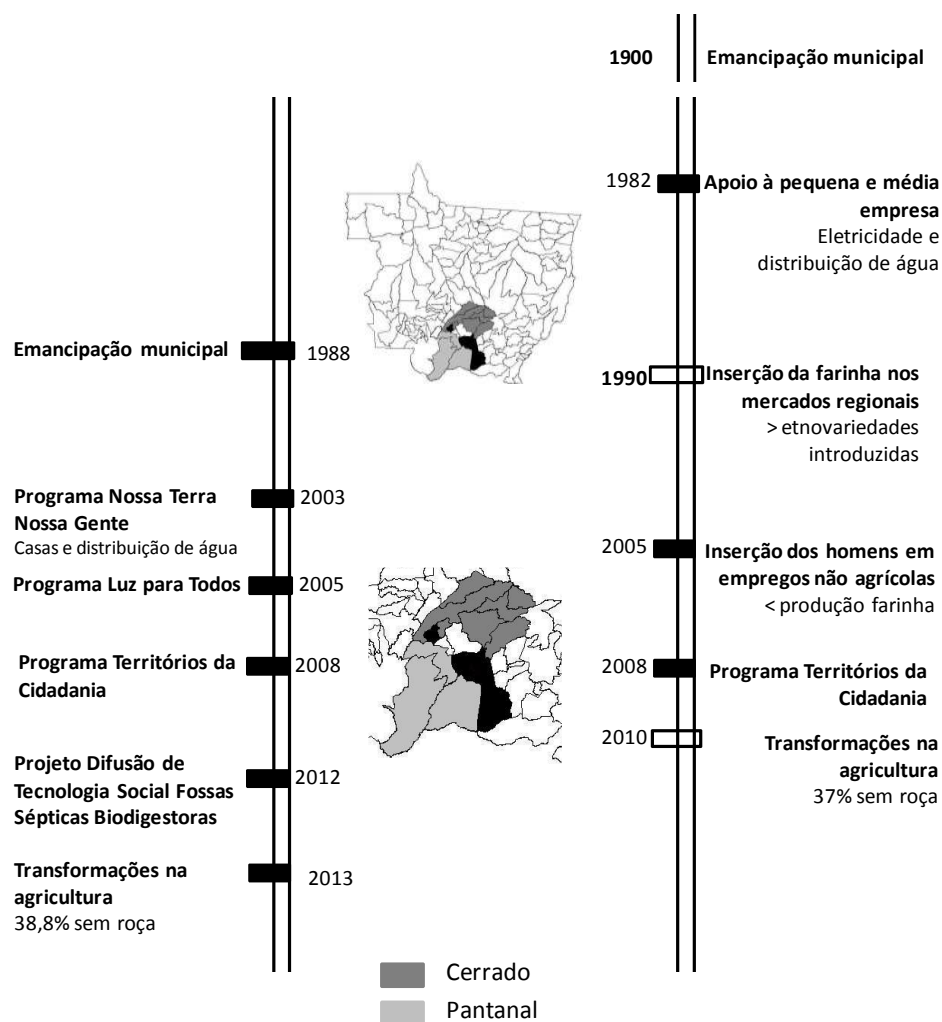


Figura 2 – Programas e projetos para o desenvolvimento dos municípios de Jangada e Santo Antônio do Leverger, e as transformações do modo de vida dos agricultores tradicionais da Baixada Cuiabana. Adaptado de Amorozo (2013).

Em Santo Antônio do Leverger, a partir da década de 1970, passou a ocorrer a venda e a grilagem das terras comunais na região e, conseqüentemente, houve a diminuição das áreas para agricultura e pecuária dos agricultores tradicionais cuiabanos. Na década de 1980 iniciaram os processos de transformação da infraestrutura das casas e sítios, com a instalação de luz elétrica e abastecimento de água, visando à produção de farinha de mandioca para o abastecimento do mercado de Cuiabá. Nos anos de 1982 e 1984 o órgão estadual Centro de Apoio à Pequena e Média

Empresa incentivou a produção de farinha de mandioca para o abastecimento de Cuiabá, por meio de implantação de infraestrutura básica – eletricidade e água encanada – para os agricultores tradicionais. De acordo com Amorozo (2013, p. 81): “[...] nesse período a vinculação a um mercado mais amplo não diminuiu a diversidade das variedades, porque os agricultores ainda retinham a lógica de minimização dos riscos e as práticas agrícolas tradicionais”.

Na década de 1990, os sistemas agrícolas eram compostos por propriedades com área de cerca de 1 a 40 ha; a agricultura praticada era a coivara (corte, queima e pousio), com períodos de pousio curtos (1 a 6 anos) por causa da diminuição na disponibilidade de terra. O tamanho das roças variava de 0,2 a 2 ha cada uma, e cada agricultor manejava três roças em diferentes estágios sucessionais. As roças eram de policultivo, com banana, abóbora, milho, com predominância da mandioca, com o manejo de cerca de 60 etnovariedades (variedades locais). A quase totalidade das famílias cultivava roças e fazia farinha de mandioca (AMOROZO, 2013). Nesse período, a produção de farinha de mandioca era uma das principais atividades econômicas das comunidades.

No final dos anos 2000 a farinha deixou de ser o principal produto comercializado, também a área plantada da mandioca passou a diminuir. Alguns fatores que levaram a essa queda na produção foram: baixos preços pagos aos agricultores pela produção de farinha e de raízes ao longo dos anos; falta de recursos financeiros; falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) aos agricultores; solos esgotados de sua fertilidade natural; baixa produtividade da cultura; ataques de pragas; resistência de famílias em adotar técnicas de produção da Ater; falta de mão de obra familiar (êxodo dos jovens para os grandes centros); abandono da atividade agrícola por algumas famílias. Com isso, muitos agricultores deixaram de produzir a mandioca comercialmente e passaram a cultivá-la apenas para o consumo familiar e criação de animais.

De acordo com Marchetti (2012), que retomou os estudos de Amorozo realizados nas comunidades de Santo Antônio do Leverger na década de 1990, os agricultores tradicionais passaram a manejar cerca de 54 variedades de mandioca, valor que pouco se alterou em relação à década de 1990 (60 etnovariedades). Entretanto, foi possível identificar grandes transformações nesse período. Houve redução na densidade relativa de etnovariedades bravas⁹, que antes eram plantadas em maior área, pois os agricultores passaram a avaliar as oportunidades referentes à venda *in natura* ou confecção de farinha. Observou-se também a redução no tamanho das áreas de plantio e no número de espécies e variedades agrícolas manejadas por agricultor, bem como a distribuição mais concentrada das variedades entre poucos agricultores. Ocorreu a redução no número de

9 As diferentes variedades de mandioca são classificadas popularmente como mansa (doce ou de mesa) ou brava (mandioca amarga). A diferença está relacionada, principalmente, com o teor de toxicidade de ácido cianídrico, que pode conferir um sabor mais suave ou mais amargo à mandioca quando consumida. As mandiocas bravas são consumidas após serem processadas na forma de farinha, fécula e outros subprodutos (VALLE et al., 2004).

agricultores e o aumento da média de idade dos agricultores. Em relação às famílias da década de 1990, 37% não possuem mais roça, plantando apenas nos quintais. Houve redução de jovens envolvidos com atividades agrícolas, que são pouco valorizadas. Amorozo (2010) enfatiza que esse cenário apresenta uma constante ameaça à continuidade das atividades agrícolas no território.

A fabricação de farinha passou a se restringir a poucas famílias (AMOROZO, 2013), que repassam sacos de 45 kg para um atravessador que faz o processo de embalagem. Essa mesma dinâmica foi identificada em Jangada, entretanto, teve início na década de 2000. Foi a partir desse período que se implantaram no município melhores condições de vida, especialmente através de serviços básicos como energia elétrica, água encanada, estradas de acesso às comunidades, escolas e postos de saúde, o que permitiu o processamento da mandioca com maior nível de tecnologia e a inclusão em novos mercados.

Nessa forma de organização da cadeia produtiva, os agricultores passaram a vender para os atravessadores, gerando um acréscimo de mais de 100% no preço da farinha de mandioca (GARBIN et al., 2006). Entretanto, essa nova organização exige a articulação dos agricultores para a organização da produção, o que acarreta em uma realidade de desarticulação dos agricultores tradicionais, sob a perspectiva mercadológica. Assim, o PTDRS diagnosticou que não há iniciativas de produção, transformação ou distribuição dos produtos. Em Rosário Oeste houve a iniciativa de criação de uma cooperativa, sem êxito. A falta de organização formal impede o acesso a mercados, uma vez que de forma isolada não se consegue uma produção anual em escala suficiente para atendimento do mercado fora do território, havendo grandes perdas em relação ao preço final do produto. De acordo com o PDTDRS (GARBIN et al., 2006), o preço da farinha de mandioca encontra-se abaixo da média estadual, em função do aumento não planejado da produção.

No ano de 2013 o saco da farinha de 45 kg estava sendo comprado pelos atravessadores, que estipulam o preço no valor de R\$ 130,00 (AMARAL, 2014). Almeida identificou que os preços pagos pelo saco de farinha em Rosário Oeste foram de R\$ 80,00, em 2003, caindo no ano seguinte para R\$ 50,00, R\$ 40,00. Em 2013 houve uma grande valorização da farinha de mandioca no Brasil: no Pará, grande produtor e consumidor, a farinha para o consumidor aumentou de R\$ 3,09 para R\$ 7,41, um aumento de 139,81% (DIEESE/PA *apud* ALVES; MODESTO JUNIOR, 2014). De acordo com a SEAB (2012), a cadeia produtiva da mandioca está sendo valorizada, estando estável desde 2007. Fatores que concorrem para essa valorização estão associados ao aumento da demanda do mercado internacional, estabilidade na área de plantio, aumento na demanda das fecularias e a disputa mais acirrada pelas terras para a cana-de-açúcar.

Em Jangada, Amaral (2014) evidenciou que os jovens adultos estão migrando para os municípios com maior urbanização. Essa nova configuração cria um movimento pendular semanal

ou diário dos jovens e adultos, principalmente os homens. De acordo com Menashe et al. (2008), a mobilidade material e simbólica entre o rural e o urbano é responsável por profundas transformações no trabalho e na vida das famílias, que estão associadas a perdas das formas de sociabilidade das comunidades rurais e do saber fazer agrícola.

Marchetti (2012) constatou que em Leverger, a partir de 2005, os homens passaram a buscar empregos não agrícolas e, em 2010, 37% dos agricultores deixaram de produzir roças. Os resultados deste trabalho evidenciam que, apesar das transformações em Jangada terem iniciado 20 anos depois, elas estão evoluindo nos mesmos padrões descritos para Leverger. Em Jangada, 38,8% dos agricultores que possuem os quintais mais reconhecidos nas sete comunidades não estão mais produzindo roças.¹⁰

De acordo com Amoroza (2013), entre os agricultores tradicionais de Leverger é cada vez maior o envelhecimento da população rural e o número de jovens que migram para as cidades em busca de estudo e de trabalho. Os jovens que permanecem no campo estão cada vez menos engajados em atividades agrícolas ou em práticas tradicionais, como o cultivo de mandioca e a fabricação de farinha e rapadura. Outro fato identificado por Amoroza (2013), que se aplica para as comunidades rurais de Jangada, é a relação entre as faixas etárias das crianças e jovens com os trabalhos agrícolas. Segundo a autora, na década de 1990 ainda era comum às crianças acompanharem seus pais nas atividades agrícolas, quando não estavam na escola. Atualmente, essa situação é cada vez mais rara, segundo os moradores porque hoje em dia a vida é mais fácil, a criança não pode trabalhar – uma alusão ao Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990) –, além disso, os pais das crianças já não dependem tanto da atividade agrícola como principal fonte de renda.

Portanto, de uma forma geral, os municípios estão aumentando sua população urbana, mas diminuindo a rural. Também está ocorrendo a redução das áreas de cultivo das roças, em torno de 38%, em Jangada e Leverger. Entre as razões estão a fragmentação sucessiva das pequenas propriedades, ocasionada pela venda e grilagem de terras, e a divisão por muitos herdeiros. Nesses municípios, mais de 50% dos estabelecimentos rurais do território possuem menos de 50 ha, sendo que o módulo fiscal é de 80 ha (GARBIN et al., 2006). Além disso, os baixos preços praticados para os produtos, principalmente a farinha de mandioca e a rapadura, em função da grande produção na região, geram concorrência, desestimulando a produção local.

Em relação à organização dos atores no território, os municípios criaram os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, os quais não possuem autonomia ligada à

10 Dado obtido através da pesquisa de campo realizada em Jangada no ano de 2013, buscando os quintais de agricultores tradicionais mais reconhecidos da região.

participação da sociedade civil, estando relacionados aos prefeitos ou secretários de agricultura – não cumprindo, portanto, a função de controle social sobre a política territorial para o desenvolvimento rural sustentável. Por outro lado, há um grande número de associações – as quais, no entanto, não têm ação definida para organizar a produção, devido à falta de recursos financeiros ou materiais que viabilizem o diálogo constante entre sindicato e trabalhadores rurais. Aliado a isso, há descrença e desconhecimento de formas cooperativas e associativas de trabalho (GARBIN et al., 2006). Essa situação tem repercussões sobre a estrutura familiar dos agricultores tradicionais cuiabanos: os maridos e filhos vão para as cidades e as mulheres assumem a gestão das propriedades, juntamente com os filhos mais velhos e as crianças. Essa situação aponta a necessidade do fortalecimento do papel das mulheres para manutenção dos modos de vida dos agricultores tradicionais cuiabano, necessidade essa prevista pela política territorial. Na seção a seguir é analisado o papel do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável no fortalecimento das dinâmicas das comunidades tradicionais.

O Plano de Desenvolvimento Territorial e os agricultores tradicionais: críticas e propostas

O Território da Baixada Cuiabana possui o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) desde 2006 (GARBIN et al., 2006), o qual foi elaborado a partir de um diagnóstico e um plano de ação. Uma primeira questão refere-se ao fato do território da Baixada Cuiabana não se constituir em um espaço da agricultura mecanizada – seja para a produção da mandioca ou da soja –, e sim em um território de agricultores familiares, agricultores tradicionais, assentados, quilombolas e indígenas com identidade cuiabana (GARBIN et al., 2006). O Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do estado do Mato Grosso (ZSEE, 2008) caracteriza a área da Baixada Cuiabana como uma “área de antiga ocupação e já consolidada”. O rural se caracteriza pela “baixa densidade” e “esgarçamento da atividade produtiva”. Na perspectiva ambiental, a sustentabilidade é classificada como média, pois o ambiente savânico está muito alterado; há o comprometimento na qualidade das águas superficiais e média a baixa potencialidade de água subterrânea. Os solos são latossolos, vermelhos-amarelos e plintossolos, não sendo os mais adequados à agricultura. Isso tudo concorre para que a aptidão agrícola da região seja considerada de “inapta a regular”, com apenas alguns trechos do Pantanal tendo uma boa aptidão agrícola (EMBRAPA, 2005; figura 3). Além disso, a qualidade dos ecossistemas nativos foi considerada baixa.

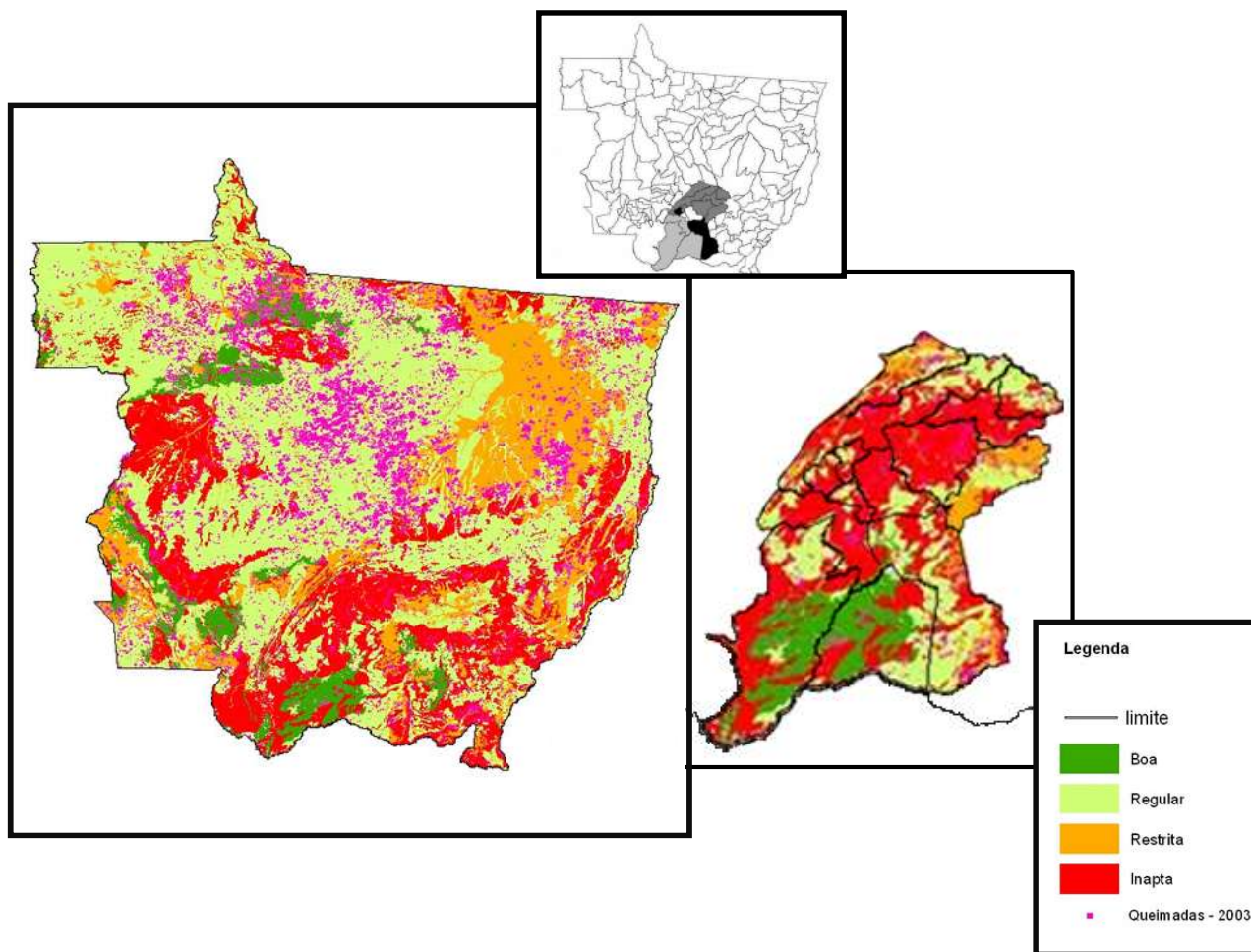


Figura 3 – Mapa de aptidão agrícola em Mato Grosso com ênfase nos municípios da Baixada Cuiabana.
Fonte: Embrapa, 2005.

A condição de inaptidão das terras para o agronegócio, classificada pelo Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE, 2008), em uma certa medida protege os territórios desses grupos das dinâmicas de expansão do agronegócio. Entretanto, alguns municípios estão em maior vulnerabilidade na medida em que parte dos solos de seus territórios apresentam uma boa aptidão agrícola. É o caso dos municípios do Pantanal, de Poconé e Barão de Melgaço. Municípios com aptidão regular são no Pantanal, além dos anteriores, Santo Antônio de Leverger, Nobres, Rosário Oeste e Planalto da Serra, sendo os três últimos municípios em áreas de Cerrado e com poucas áreas do território nessa condição (figura 3).

O fato dos solos serem antigos, largamente utilizados e não conferir grande aptidão agrícola os destina à produção tradicional de mandioca, que por meio de uma agricultura diversificada é uma prática que conserva a agrobiodiversidade e os modos de vida das comunidades. Ao se retomar o contexto da mandioca no mercado nacional e internacional, levanta-se a seguinte questão: por que

está havendo a diminuição dos cultivos de roça nos municípios rurais do território, enquanto o mercado de mandioca está cada vez mais consolidado?

O PDTDRS da Baixada Cuiabana aponta que a comercialização no território, na época de 2006, era feita principalmente nos polos urbanos de Cuiabá e Várzea Grande, onde o comércio de alimentos é feito de forma extremamente concentrada, existindo apenas dois grandes centros comerciais nesses municípios. Esses mercados são abastecidos pelos atravessadores locais, que estipulam os preços e quantidades aos agricultores tradicionais. No referido Plano também foi evidenciado que nesses centros comerciais estão sendo comercializados produtos de outros estados a um preço mais competitivo do que os produtos da Baixada Cuiabana, pois a estrutura do agronegócio do Mato Grosso, ao distribuir carne para outros estados, propicia o retorno dos caminhões com produtos desses estados, ao baixo custo de frete e de produção mecanizada. Essa situação se configura em mais uma forma de impacto sobre os modos de vida das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, o PTDRS aponta como dificuldades para o Desenvolvimento Territorial a falta de assistência técnica e organização dos agricultores em cooperativas, além do fato deles se encontrarem “descapitalizados e sem capacidade de investimento” (GARBIN et al, 2006). Do ponto de vista do Plano, essas são as questões principais a serem trabalhadas dentro do território, como forma de buscar outros mercados e diminuir a dependência dos atravessadores. De acordo com a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - Empaer (2011), a maioria das farinheiras existentes são artesanais e produzem em média cinco sacos de farinha por dia. Entretanto, Almeida (2005) demonstrou que em Rosário Oeste as diferentes farinheiras rendem de 4 a 20 sacos de farinha por dia.

Diante do contexto do Mato Grosso, onde a mandioca é produzida em todos os municípios do estado, gerando emprego e renda, tanto nas áreas rurais a partir da produção e beneficiamento, como nas áreas urbanas, por meio da comercialização, a Empaer (2011) lançou uma diretriz técnica com o objetivo de dobrar o rendimento médio da produção de farinha. A intenção é que a produção saia da média de cinco sacos por dia para 10 sacos, ou seja, o dobro do que era produzido na época (figura 4). A proposta da Empaer consiste em oferecer técnicas para o agricultor e extensionista sobre o cultivo e o processamento, buscando “melhorar as instalações, equipamentos, controle dos custos de processamento, receita e aproveitamento dos resíduos industriais como a casca e a manipueira (água tóxica) da mandioca” (EMPAER, 2011).

Lançada diretriz técnica da cultura da mandioca para Mato Grosso

O diretor técnico da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) [...] fala que as novas orientações técnicas propõem **um aumento na produtividade de 14 para 20 toneladas por hectare**, enquanto a média no estado não passa de 14 toneladas por hectare.

A diretriz orientará o produtor desde a escolha da área, preparo e conservação do solo, calagem e adubação, espaçamento, sistema de plantio, época de plantio, variedades, seleção e preparo das ramas e manivas, tratos culturais, doenças e métodos de controle e outros.

Um dos pontos marcantes da diretriz é a definição das épocas de plantio, sendo setembro/novembro e fevereiro/março, prolongando até abril se chover. A área para plantio deve ser plana ou pouco inclinada, com a recomendação de realizar rotação com outras culturas, evitando plantio sucessivo. O espaçamento simples 1 x 1 m entre linhas, 1 x 0,80 m entre plantas e fileiras duplas 2 x 0,60 x 0,60 m. Usar manivas de 15 a 20 centímetros e retirar 25% da área com manivas sementes para o próximo plantio, com a idade de 10 a 14 meses, sendo consideradas maduras. O diretor salienta que a diretriz não vai exigir do produtor novos investimentos e sim práticas corretas, que podem evitar perdas de até 30% do produto. O mesmo, lembra que pesquisadores do Centro Nacional de Mandioca e Fruticultura de Cruz das Almas, do estado da Bahia, **recomendam as variedades regionais consideradas produtivas, como a Liberata, Igarapé vermelha** e outras. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) implantaram experimentos na região de Furnas, no município de Chapada dos Guimarães, **com variedades do Brasil** para testar o comportamento na região Centro-Oeste.

Figura 4 – Notícia sobre Programa de Assistência Técnica para o cultivo da mandioca para agricultores do Mato Grosso.

Fonte: Adaptado de Empaer (2011).

O quadro acima demonstra a imagem historicamente construída sobre a identidade dos agricultores tradicionais, na qual seus conhecimentos e práticas são considerados como fonte de atraso e os responsáveis por sua baixa qualidade de vida, e que continua sendo reproduzida nos discursos atuais. Fica claro entre as diretrizes técnicas a desconsideração completa dos saberes tradicionais.

De acordo com Almeida (2005), essa visão tecnocrática, presente na postura de técnicos e empresas que deveriam oferecer assistência ao agricultor, como a Embrapa e Empaer, e que está presente no Plano de Desenvolvimento Territorial, considera o tradicional como um “ponto zero”; considera que “este saber estagnado (e) somente poderá ser resgatado desta imobilidade pelo progresso das inovações científicas e tecnológicas”. Essas inovações, conforme evidenciado na figura acima, impõem uma homogeneização das práticas tradicionais, não somente a partir dos conhecimentos e práticas de manejo, mas também em relação à organização social, na medida em que os agricultores tradicionais são considerados desorganizados e descapitalizados (GARBIN et al., 2006). A possibilidade de superar a visão preconceituosa de atraso dos conhecimentos e práticas dos agricultores tradicionais está vinculada ao entendimento da perspectiva interna do grupo, de sua lógica própria (ALMEIDA, 2005).

As lógicas associadas ao modo de vida tradicional consideram as múltiplas funções das espécies para a seleção para os seus sistemas de cultivo. Segundo Amorozo (2013), os agricultores selecionam e mantêm as variedades de acordo com suas características, privilegiando uma ampla gama de possibilidades, tais como diferentes graus de tolerância à seca, características dos solos, boa produção, época de plantio e colheita, tempo de cultivo, vigor, resistência a pragas e doenças, paladar, incluindo as variedades mansas e bravas.

A partir do seu acervo de variedades e suas características, o agricultor planeja, de forma muito meticulosa, o ano agrícola, prevendo a colheita em todas as épocas, e as possibilidades de flutuações climáticas. As comunidades, a partir da circulação de manivas e sementes na rede social, mantêm essas variedades, criam novas, aprovando e rejeitando as novas possibilidades. Essa dinâmica mantém o germoplasma e os processos de evolução da espécie, caracterizando a conservação *on farm* e garantindo a segurança alimentar das famílias.

Conforme Mendes et al. (2006), a maior concentração das espécies silvestres de *Manihot* se encontra nos biomas Cerrado e Caatinga, sendo que a maior diversidade biológica ocorre no Cerrado. O gênero *Manihot* consiste de espécies cultivadas, dependendo da classificação taxonômica, e possui de 70 a 100 espécies selvagens (FAO, 2013), sendo que aproximadamente 68 ocorrem no Brasil (MENDES et al., 2006). Dessas, somente em torno de 20 estão protegidas por meio da conservação *ex situ*, em coleções vivas de instituições de pesquisa.

Em função dos processos de modernização da agricultura e urbanização, as espécies do gênero *Manihot* estão submetidas à elevada erosão genética (MENDES et al., 2006), sendo ameaçadas em seu habitat nativo (FAO, 2013). A manutenção da variabilidade genética das variedades e o material genético para o futuro desse cultivo dependem da grande diversidade de espécies silvestres e das variedades locais, as quais compõem o banco de germoplasma. A FAO (2013) lançou diretrizes de intensificação da produção sustentável para a mandioca (“Save and Grow: Cassava”), enfatizando a necessidade de fortalecer os sistemas tradicionais de cultivo, com baixo uso de insumos, práticas de manejo intensivas em pequena escala.

A mandioca na Baixada Cuiabana vinha sendo manejada de forma produtiva e sustentável, entretanto, com os processos de diminuição das terras dos agricultores tradicionais (ALMEIDA, 2005), assistência técnica e os mercados impondo variedades melhoradas, os agricultores tradicionais vêm perdendo suas variedades locais. Aqueles que apesar deste contexto ainda mantêm suas variedades locais, além de manejarem sistemas de cultivo com benefício/custo mais favoráveis e sustentáveis, estão mantendo as variedades *on farm* no próprio centro de diversidade da espécie.

Como apresentado, a presença e a condição das populações tradicionais no território levou ao reconhecimento do Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, em 2008. O PDTDRS,

apresenta como projetos estratégicos a instalação de centros de recebimento da produção da agricultura familiar dos municípios da Baixada Cuiabana, a criação de uma unidade piloto de capacitação de agricultores na comercialização coletiva de seus produtos e o desenvolvimento da Educação do Campo na Baixada Cuiabana.

Avaliando-se o Plano de Desenvolvimento Territorial, percebe-se que as diretrizes assumidas pelo PDTDRS centram-se na inclusão produtiva dos agricultores tradicionais, buscando alcançar outros mercados, sem considerar as lógicas das comunidades tradicionais. O posicionamento do Plano de Desenvolvimento Territorial, da Assistência Técnica, e do mercado estão direcionando a entrada dos agricultores no processo de modernização, saindo do grau de tecnificação “nulo/incipiente” para o grau “baixo a médio”. A partir deste cenário, dois caminhos são delineados, de uma forma geral, para a agricultura tradicional da Baixada Cuiabana: os agricultores ou estão se inserindo nos mercados agrícolas, a partir das opções técnicas e pressões do mercado, ou estão buscando empregos não agrícolas, caracterizando a pluriatividade das famílias, conforme aponta Schneider (2003).

Neste contexto, pode-se considerar que um dos grandes impactos que os conhecimentos e práticas associados ao modo de vida dos agricultores vem sofrendo, refere-se ao próprio papel das políticas de desenvolvimento junto aos grupos. Amorozo (2013) reconhece os avanços nas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), entre outros, entretanto, a autora ressalta a falta de flexibilidade nesses programas para se adequar às diferentes realidades do agricultor, além de não considerar a agrobiodiversidade local.

Almeida (2005) e Amorozo (2013) descrevem as transformações produzidas nas comunidades de agricultores e nas variedades locais de mandioca a partir da demanda de fornecimento de produtos padronizados, as quais não condizem com a sua realidade, promovendo perdas nos seus conhecimentos e dependência dos mercados. Na Baixada Cuiabana, os autores destacaram que: os agricultores estão desenvolvendo estratégias entre a subsistência e os mercados; tendência a aumentar o cultivo com variedades comerciais; diminuição do tamanho das populações de variedades locais mantidas; diminuição do número de variedades; simplificação e abandono de arranjos complexos (policultura), com diminuição da agricultura; matriz paisagística excluindo áreas em pousio, entretanto com a presença de áreas naturais; tendência à simplificação do conhecimento sobre as variedades locais.

Ressalta-se que o Plano não está considerando o caráter específico das populações tradicionais, a situação das variedades e espécies de mandioca, o seu papel na manutenção da

variabilidade genética. Ele está enfatizando a visão produtivista e com isso gerando maiores pressões sobre a perda de conhecimentos, práticas e variedades locais. Já o Território da Cidadania tem por diferencial o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, a inclusão da mulher, dos jovens, o fortalecimento das comunidades locais como norte para a construção do Plano de Desenvolvimento Territorial e direcionamento das políticas públicas.

Amorozo (2013), ao criticar algumas políticas desenvolvidas no território, afirma ser necessário alternativas que possam suprir os anseios das populações tradicionais e aumentar o leque de suas opções de vida, pois de acordo com a própria autora, é justo que as pessoas possam e queiram melhorar de vida, mas sem que para isso seja necessário a perda da sua própria identidade. O pagamento de subsídios aos agricultores familiares, como colocam Cazella (2007) e Amorozo (2013), especialmente pelos serviços ambientais e de desenvolvimento territorial que os agricultores prestam à sociedade, seria uma alternativa para minimizar a pressão imposta aos agricultores tradicionais, inviabilizando o seu modo de vida.

Segundo relatório da Caisan sobre Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada (CAISAN, 2012), a criação de um ambiente propício para a evolução dessas temáticas inclui o investimento em formas de organização social que estimulem parcerias, incluindo escolas de campo para agricultores e redes de inovação de formas de organização dos agricultores; o empoderamento das mulheres; a criação de um ambiente macroeconômico favorável, por exemplo, articulando os níveis locais dos agricultores com mercados justos.

A inclusão de políticas, especialmente voltadas para mulheres e jovens, de fortalecimento de pequenas áreas agrícolas, programas de valorização e conservação *on farm* da agrobiodiversidade, elaboradas juntamente com a participação local como proposta para o Desenvolvimento Territorial, por meio do programa Territórios da Cidadania, parece ser o caminho mais imediato para a proteção ao conhecimento tradicional e manutenção da agrobiodiversidade nos espaços multifuncionais, como o quintal.

O Plano de Desenvolvimento Territorial também desconsiderou as potencialidades dos biomas Pantanal e Cerrado, não partindo de diagnósticos sobre as comunidades, a conservação da biodiversidade ou das pesquisas sobre a agrobiodiversidade. Mato Grosso é o estado com maior área original de Cerrado, o equivalente a 358.837 km². Desta área ele abrigava, em 2010, 56,7% dos remanescentes, equivalendo a 203.527 km² (IBGE, 2014).

Um mecanismo de fortalecimento do modo de vida tradicional e da agrobiodiversidade praticada pelos agricultores locais seria a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável e o reconhecimento da Reserva da Biosfera do Cerrado na região, estratégia ligada à conservação da agrobiodiversidade, desenvolvimento sustentável do Cerrado e geração e difusão dos

conhecimentos tradicionais associados, como a criação de um Patrimônio Biocultural do Cerrado, reconhecendo os modos de vida tradicionais associados ao Centro de Origem da mandioca, conservação das espécies selvagens e manejo da agrobiodiversidade *on farm* regional.

Essa proposta estaria alinhada ao conceito de áreas indígenas de conservação cultural, que foi desenvolvido no Peru, por meio da experiência do “Parque de La Papa”. Este está localizado no Centro de Origem da batata, e se propõe a conservar o “patrimônio biocultural coletivo dos povos indígenas”, entre eles as variedades de batata e as espécies selvagens junto aos modos de vida das comunidades indígenas, promovendo o registro das variedades locais e das tradições associadas a sua produção, trocas e consumo.

No âmbito das políticas de fortalecimento da agricultura tradicional e familiar, as políticas já existentes e praticadas são reforçadas pelas diretrizes da FAO (2013) de fomento ao cultivo da mandioca por meio da intensificação sustentável sob regime de baixos insumos, as quais são direcionadas aos formuladores de políticas públicas. Nessas diretrizes considera-se necessária a criação de reservas *in situ* para as variedades locais e selvagens de *Manihot* (FAO, 2013).

No âmbito territorial, de acordo com Amoroza (2013, p.105-106) “as possibilidades de valorização dos modos de vida tradicionais e da agrobiodiversidade, associada à conservação e segurança alimentar, se centram em mecanismos como o ordenamento do uso do solo e o zoneamento agroecológico, buscando formas de proteger áreas de pequena agricultura, sobretudo em terras valorizadas, limitando sua invasão pelo crescimento das cidades e parques industriais”. A autora também ressalta mecanismos federais como o registro dos conhecimentos e práticas junto ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – como ferramenta para que os agricultores tradicionais possam receber uma visibilidade que os auxilie no acesso a novos mercados, aumentando a autoestima e qualidade de vida das famílias locais.

O fortalecimento da agricultura tradicional e familiar no âmbito das políticas em segurança alimentar e nutricional centra-se na inclusão da produção em novos mercados, valorização da cultura, em especial a alimentar, crédito, incentivo ao autoconsumo, promoção dos quintais, produção de alimentos saudáveis, com qualidade e quantidades necessárias, garantindo a segurança alimentar e nutricional das famílias, além de favorecer a manutenção da agrobiodiversidade e os modos de vida tradicionais. As ações em segurança alimentar e nutricional são políticas complementares às de desenvolvimento territorial, atendendo aos princípios de sustentabilidade.

Considerações finais

A política territorial se depara com processos de transformação em curso que, de acordo com Amorozo (2008), têm provocado a erosão acelerada da biodiversidade, do conhecimento tradicional e da agrobiodiversidade em regiões economicamente desenvolvidas e com predomínio da monocultura, como no estado de Mato Grosso. Frente a isso, as populações tradicionais precisam constantemente se reinventar através de suas práticas e valores, de forma a manter o seu modo de vida e os seus espaços de manejo. Os instrumentos arrolados na seção anterior articulam dimensões éticas, políticas e científicas em escalas locais a internacionais, constituindo-se em mecanismos de conservação, justiça e promoção. Para a efetividade da política territorial, é necessário lançar mão dos mais variados instrumentos, em conjunto ou separadamente, para o fortalecimento dos modos de vida dos agricultores tradicionais cuiabanos que vivem em áreas de Cerrado, associados à agrobiodiversidade domesticada e nativa, a qual integra seus modos de vida e sua segurança alimentar, contribuindo, assim, para o desenvolvimento territorial sustentável.

Referências

ALMEIDA, R. A. **Do tempo da terra comum ao espremimento:** estudo sobre a lógica e o saber camponês na baixada cuiabana. 2005. 211 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

ALVES, R. N.; MODESTO JUNIOR, M. **Demanda maior que a oferta da mandioca faz com que agricultor ganhe mais vendendo raiz que produzindo farinha.** 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/7OFHgJ>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

AMARAL, C. N.; GUARIM NETO, G. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**. Belém, v. 3, n. 3, 329-341, 2008.

AMARAL, C. N.; GUARIM, V. L. M. S. Estudo etnobotânico da comunidade rural de Cascavel (Jangada – MT). **Revista Brasileira de Biociências**. Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 894-896, 2007.

AMARAL, C. N. **Multifuncionalidade e etnoecologia dos quintais de agricultores tradicionais da Baixada Cuiabana:** agrobiodiversidade e segurança alimentar. 270 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural)– UFRGS, 2014.

AMOROZO, M. C. M. **Sistemas agrícolas de pequena escala e a manutenção da agrobiodiversidade:** Uma revisão e contribuições. Rio Claro: Edição do autor; Botucatu: FCA – UNESP, 2013. 120 p.

AMOROZO, M. C. M. Diversidade agrícola em um cenário rural em transformação: será que vai ficar alguém para cuidar da roça? In: MING, L. C. et al. (Org.). **Agrobiodiversidade no Brasil: experiências e caminhos da pesquisa**. Recife: Nupeea, 2010. p. 293-308.

AMOROZO, M. C. M. Os quintais: funções, importância e futuro. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (Org.) **Quintais mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes**. Cáceres: Editora Unemat, 2008. p. 15-27.

AMOROZO, M. C. M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**. Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 189-203, 2002.

BORBA, A. M.; MACEDO, M. Plantas medicinais usadas para a saúde bucal pela comunidade do bairro Santa Cruz, Chapada dos Guimarães, MT. **Acta Botanica Brasilica**. São Paulo, v. 20, n. 4, p. 771-782, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa territórios da cidadania**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTARE E NUTRICIONAL – CAISAN. A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada. Tradução do Relatório de Olivier Schutter. Relator especial da ONU para o direito à alimentação. **Caderno do Sisan** 01/2012. Brasília: MDS, 2012.

CARNEIRO, M. J.; DANTON, T. Agricultura e biodiversidade nas Ciências Sociais brasileira: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. **Sociologias**. Porto Alegre, vol.30, n.14, p. 252-289, 2012.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CLEMENT, C. R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany**. [S. l.], v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999.

COELHO-DE-SOUZA, G. Modernização da agricultura e o agravamento da insegurança alimentar no Brasil: o papel das populações locais e sua agrobiodiversidade. In: SILVA, V. A. da; ALMEIDA, A. S. de; ALBUQUERQUE, U. P. de. (Orgs.). **Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas & natureza na América Latina**. Recife: Nupeea, 2010. v. 1. p. 65-85.

EMPRESA MATOGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL – EMPAER. **Lançada diretriz técnica para a cultura de mandioca**. 2011. Disponível em: <<http://www.acessenoticias.com.br/noticia/lançada-diretriz-tecnica-da-cultura-da-mandioca-para-mato-grosso/90#.VFJmNTTF96E>>. Acesso em: 12 out. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Save and Grow: Cassava**. Rome, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3278e/i3278e.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

GARBIN, V. H.; SILVA, M. J.; OLIVAL, A. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território Baixada Cuiabana-MT**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2006. 61 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio016.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 11, p. 20-26, jun. 2004.

GUARIM NETO, G. Arbustos e árvores dos tradicionais quintais de Rosário Oeste: observando a representação popular. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. **Quintais mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes** (Orgs.). Cáceres: Unemat, 2008. p. 196-201.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tabela 3914**: áreas total, remanescentes e desmatadas, até 2010, do Cerrado, e respectivos percentuais para as Unidades da Federação abrangidas pelo inventário. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=3914>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MARCHETTI, F. F. **Agricultura tradicional e a manutenção da agrobiodiversidade em comunidades rurais do município de Santo Antônio do Leverger – MT**. Dissertação de Mestrado. IB, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 94 p., 2012.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**. Campinas, v. 21, p. 145-158, 2008.

MENDES, R. A. et al. Mapeamento da distribuição geográfica das espécies silvestres brasileiras de Manihot com vista à conservação dos parentes silvestres e das variedades crioulas das mandiocas. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (Org.). **Parentes silvestres de espécies de plantas cultivadas**. Brasília, 2006. 44 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Programa Territórios da cidadania**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/territ%C3%B3rios-da-cidadania>>. Acesso em: 29 out. de 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. New York: Ipad, 2008.

ROMANCINI, S. R. Multiculturalidade e gênero: um estudo sobre a cultura popular na baixada cuiabana. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFÍA Y LAS CIENCIAS SOCIALES, 9., 2007. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEAB. **Mandiocultura**: análise da conjuntura agropecuária. 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/mandiocultura_2012_13.pdf>. Acesso em: 25 out.2014.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 20 out.2014.

VALLE, T. L. et al. Conteúdo cianogênico em progênies de mandioca originadas do cruzamento de variedades mansas e bravas. **Bragantia** (on-line). Campinas, v. 63, n. 2, 2004.

VAVILOV, N. I. **The origin, variation, immunity and breeding of cultivated plants**. Translated by K. Start. Chron. Bot. v. 13, p. 1-366, 1951.

Artigo recebido em: 03/08/2015. Aceito para publicação em: 24/08/2015.